

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.

Os méritos do Senhor **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

EM nº 00071/2020 MRE

Brasília, 25 de Maio de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 330 /2020/SG/PR

Brasília, 16 de Junho de 2020.

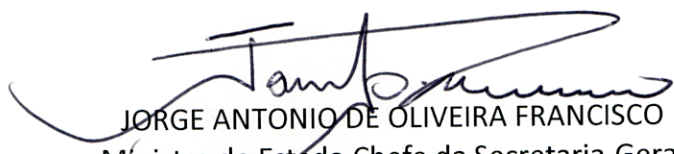
A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.

Atenciosamente,


JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR**

CPF: 431.708.540-20

ID: 7002028038 SSP/RS

1962 Filho de Colbert Soares Pinto e Anna Marisa de Sylos Soares Pinto, nasce em 27 de agosto, em Porto Alegre/RS

Dados Acadêmicos:

1988 Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
1989 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) do Instituto Rio Branco
1998 Curso de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD), do Instituto Rio Branco
2008 Curso de Altos Estudos (CAE), do Instituto Rio Branco, com a tese: "A doutrina bolivarista: origem, forma atual e possíveis implicações para a política exterior brasileira"

Cargos:

1990 Terceiro-secretário
1995 Segundo-secretário
2001 Primeiro-secretário, por merecimento
2006 Conselheiro, por merecimento
2008 Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1991-93 Assessor na Divisão de Serviços Gerais
1993-94 Assessor no Departamento de Administração
1994-97 Embaixada em Roma, terceiro e segundo-secretário
1997-2000 Embaixada em Caracas, segundo-secretário
2000-05 Assessor e Subchefe da Divisão do Pessoal
2005-07 Chefe da Divisão de Serviços Gerais
2007-10 Subchefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores
2010-15 Consulado-Geral em Santa Cruz de la Sierra, Cônsul-Geral
2015 Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial
2017- Embaixada em Lusaca, embaixador

Condecorações:

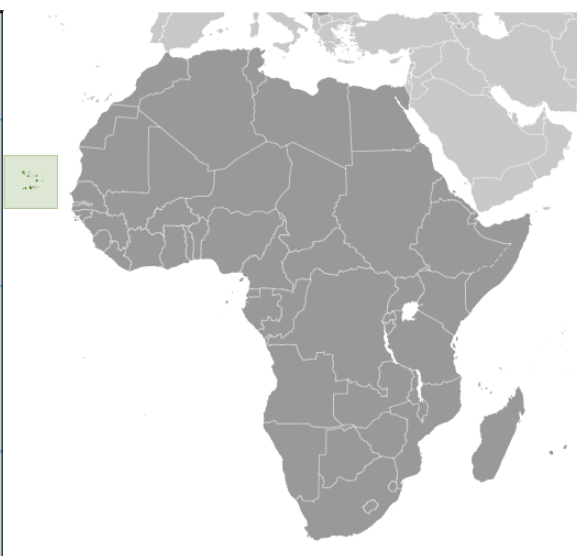
2008 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2008 Ordem de Mérito da Defesa, Brasil, Oficial
2010 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
2019 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

FÁTIMA KEIKO ISHITANI

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Maço Básico

CABO VERDE



OSTENSIVO

Divisão de África II – DAF II

Maio de 2020

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Cabo Verde foram estabelecidas em 1975, ano da independência daquele país, e desenvolveram-se em várias frentes, tendo como pilar central a cooperação bilateral. Cabo Verde é um dos nossos maiores parceiros em projetos desenvolvidos com recursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e um dos grandes beneficiários das oportunidades oferecidas pelos Programas de Estudantes–Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG).

Parcela relevante da elite administrativa graduou-se no Brasil, incluindo o ex-Primeiro-Ministro José Maria Neves. Diplomatas e militares cabo-verdianos também têm tradicionalmente frequentado cursos de formação em nosso país.

Em 2008, foi estabelecido o Mecanismo de Consultas Políticas e de Cooperação, que permite que Brasil e Cabo Verde aprofundem, por meio de encontros regulares entre seus Chanceleres, o diálogo e a troca de informações sobre temas bilaterais, regionais e internacionais de interesse comum. As três primeiras reuniões tiveram lugar em 2009, em Praia; em 2012, em Brasília; e em setembro de 2015, em Praia. No último encontro, tratou-se, entre outros temas, da estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde para transformar-se em plataforma do relacionamento da África Ocidental com outras regiões, em particular com a Europa e a América do Sul.

Em janeiro de 2019, o Presidente Jorge Carlos Fonseca compareceu à cerimônia de posse do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro.

Em 08 e 09/12/2019, o Senhor Ministro de Estado, Ernesto Araújo, chefiou delegação brasileira em visita oficial a Praia, onde manteve reuniões com o Primeiro-Ministro, Ulisses Correia e Silva, e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades, Luís Filipe Tavares. Na ocasião, entre outros temas, tratou-se do atual estado das relações bilaterais; da presidência de turno cabo-verdiana da CPLP, com particular atenção ao tema da mobilidade; da situação de segurança no Golfo da Guiné; e da retomada do mecanismo de consultas políticas.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Cabo Verde é um dos grandes parceiros brasileiros em projetos de cooperação conduzidos com recursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A cooperação técnica brasileira tem, historicamente, lugar de alta relevância na construção e na afirmação do Estado cabo-verdiano. O Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre os dois países foi assinado em 28/04/1977 e promulgado em 16/12/1980.

São diversos os projetos de cooperação estruturantes de êxito no país. A título de exemplo, um dos frutos da cooperação brasileira foi a instalação, concluída em 2013, no Hospital Agostinho Neto (em Praia), do primeiro banco de leite humano (BLH) na África, que contribuiu para a redução da mortalidade infantil. Foi acordada, recentemente, a segunda fase do projeto “Banco de Leite Humano em Cabo Verde”. No presente, está em andamento a instalação da segunda unidade de banco de leite humano no país.

Desde 1998, foram implementadas 90 ações na esfera da cooperação técnica. No presente, são cinco as iniciativas de cooperação técnica em execução: (i) reforço das capacidades em matéria de segurança alimentar, parceria entre a brasileira Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Ministério da Agricultura e Ambiente de Cabo Verde; (ii) Escola de Todos – Fase 2, que visa a apoiar o sistema de ensino cabo-verdiano na ampliação da oferta de atendimento educacional especializado para o fortalecimento do processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais

especiais; (iii) consolidação da Autoridade Regulatória de Fármacos e Alimentos (ARFA) como agente regulador dos setores farmacêutico e alimentar – Fase 3; (iv) apoio técnico para implantação de Banco de Leite Humano em Cabo Verde – Fase 2 ; e (v) reforço das capacidades da Biblioteca Nacional de Cabo Verde em matéria de biblioteconomia e arquivística.

Existem, no momento, duas demandas de Cabo Verde na área de cooperação técnica. A primeira diz respeito ao apoio à formatação de uma comissão nacional de controle do tabaco em Cabo Verde, tendo em conta a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). A segunda seria voltada para o fortalecimento do Banco Central de Cabo Verde.

COOPERAÇÃO TÉCNICA NO ÂMBITO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

As ações de cooperação implementadas pelo Brasil em parceria com os Estados-Membros da CPLP abarcam vasto repertório de iniciativas nas áreas de saúde pública, formação profissional, agricultura e fortalecimento institucional, com maior ênfase, em tempos recentes, para projetos nas áreas de ensino superior, meio ambiente e direitos humanos.

Três projetos são executados atualmente: Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES); Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP; e Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-Governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP.

COOPERAÇÃO EM DEFESA

Conforme a Estratégia Nacional de Defesa, Cabo Verde está inserido no entorno estratégico nacional brasileiro. O país, por seu turno, confere grande importância à cooperação militar com o Brasil, a fim de desenvolver capacidade própria de vigilância e controle de seu espaço jurisdicional marítimo.

A dispersão geográfica das ilhas que compõem o território cabo-verdiano e a escassez de meios tornam indispensável para Cabo Verde o recurso à cooperação internacional.

O Brasil tem tido papel relevante na reorganização das Forças Armadas de Cabo Verde e no recebimento de alunos em cursos e em escolas militares. O apoio brasileiro fez-se presente na revisão do ‘Livro Branco’, na estruturação da segurança marítima e do Corpo de Fuzileiros do país, bem como na integração de Cabo Verde à arquitetura de segurança da União Africana. **O Brasil, entre 2016 a 2018, foi o maior formador de militares da Guarda Costeira de Cabo Verde (49 militares), contribuição muito superior à de Portugal (11), EUA (4), Espanha (3) e China (2).**

Em agosto de 2019, o navio-escola Brasil teve passagem por Cabo Verde, por decisão da Marinha do Brasil (MB) de incluir país da África Ocidental no roteiro da viagem de estudos – em consonância com a crescente atenção devotada pelo MD, e em particular pela MB, ao Atlântico Sul.

Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa. O Acordo-Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa, que atualizou o Acordo de 1994 sobre cooperação técnica no domínio militar, foi assinado em 20/10/2016, em Praia. O diploma foi

aprovado pelo Congresso Nacional em 19/12/2018 e ratificado em 28/01/2019. Aguarda-se ratificação do instrumento por Cabo Verde.

Missão Naval e Adidância de Defesa. A inauguração do Núcleo da Missão Naval Brasileira em Cabo Verde, em 19/11/2013, e a criação, em de 22/03/2014, da Adidância de Defesa na Embaixada em Praia conferiram importante impulso à já existente cooperação entre os dois países no setor de defesa. O trabalho da Missão está centrado na formação de militares, oficiais e praças em escolas das Forças Armadas brasileiras.

Cooperação em desporto militar. Por ocasião de encontro bilateral entre Ministros da Defesa, durante a feira “LAAD 2019 Defence & Security”, no Rio de Janeiro, em abril daquele ano, o Ministro da Defesa sugeriu a sua contraparte cabo-verdiana a possibilidade de incrementar a cooperação na área do desporto militar. A sugestão brasileira foi bem recebida pela autoridade de Cabo-Verde. Ainda não houve desdobramentos.

Golfo da Guiné. O tema da pirataria no Golfo da Guiné vem sendo acompanhado com grande preocupação pelo governo brasileiro. Nos últimos quatro anos, os incidentes violentos têm aumentado, segundo dados do “International Maritime Bureau” (IMB-ICC).

No âmbito da chamada Arquitetura de Iaundê, Cabo Verde foi escolhido para abrigar a sede do Centro Marítimo Multinacional de Coordenação da Zona G (MMCC), cuja direção cabe ao Senegal, incluindo igualmente Guiné-Bissau e Gâmbia.

O Brasil já participou seis vezes da operação naval “Obangame Express”. Além do envio, para a edição de 2019, do Navio Patrulha Araguari e, em anos anteriores, dos navios Apa e Amazonas, o Brasil tem contribuído com os exercícios da operação mediante destacamento de equipe de militares brasileiros para atuação no Centro de Operações Marítimas, baseado em Luanda, e em grupos de controle localizados em outros países da costa ocidental africana.

Do ponto de vista do Brasil, o problema da pirataria no Golfo da Guiné representa um entrave para o desenvolvimento dos países costeiros e um sério risco para a segurança da navegação internacional na região e no Atlântico Sul como um todo, pelo qual passam mais de 95% do fluxo de comércio externo brasileiro. Por isso, o país tem buscado colaborar para o enfrentamento do problema, com o oferecimento de cursos e treinamentos para países africanos em academias militares brasileiras e a participação da Marinha do Brasil em exercícios navais com países do continente.

O caráter estratégico do engajamento brasileiro no Golfo da Guiné refletiu-se na criação, em 23/05/2019, do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Acompanhamento da Situação no Golfo da Guiné. O objetivo do referido GTI é “acompanhar, planejar e debater questões relacionadas ao Golfo da Guiné, de maneira a prover informações e orientações para que a atuação dos órgãos relacionados com o assunto esteja de acordo com os interesses do Estado brasileiro”. O colegiado é composto por representantes dos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, bem como da Marinha do Brasil.

Foi também objeto de análise, no âmbito do GTI, a participação do Brasil no Grupo do G7 dos Amigos do Golfo da Guiné (G7++FoGG), fórum multinacional de concertação política voltado à coordenação de ações nacionais e multinacionais de combate à pirataria, ao roubo à mão armada no mar e a outras atividades marítimas ilegais na região do Golfo. O grupo inclui os membros do G7, os Estados da costa

ocidental da África (Angola, Benim, Cabo Verde, Cameroun, Côte d'Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, República do Congo, República da Guiné, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Libéria, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo), bem como Bélgica, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Noruega, Países Baixos, Portugal e Suíça. O Brasil, que, assim como a Austrália, participava na condição de observador, comunicou, por ocasião da última reunião plenária do grupamento, em novembro de 2019, sua intenção de tornar-se membro pleno.

Cooperação em Busca e Salvamento. Durante a Terceira Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas (2015), o então Chanceler cabo-verdiano, Jorge Tolentino, solicitou que o Brasil auxiliasse Cabo Verde na criação e na operacionalização de sistema nacional de busca e salvamento (SAR). Procedeu-se, nesse sentido, à realização de um Curso de Coordenação de Busca e Salvamento, ministrado por militares brasileiros (FAB), entre novembro de 2016 e fevereiro de 2017. A realização do curso teve boa receptividade em Cabo Verde, tendo contribuído para fornecer arcabouço inicial ao esforço de estruturação do SAR no país.

COOPERAÇÃO POLICIAL

Acordo de Cooperação Bilateral. Cabo Verde demonstrava interesse reiterado em firmar termo de cooperação policial com o Brasil, a fim de estabelecer ações conjuntas no combate a ilícitos transnacionais, em especial ao tráfico de drogas.

A Polícia Federal negociou instrumento de cooperação com a Polícia Judiciária de Cabo Verde. O Termo de Cooperação Interinstitucional entre a Polícia Judiciária de Cabo Verde e a Polícia Federal do Brasil foi firmado, em Brasília, em 26/06/2017.

COOPERAÇÃO JURÍDICA

No âmbito da CPLP, foram assinados acordos nas áreas de Assistência Mútua em Matéria Penal, Extradicação e Transferência de Pessoas Condenadas.

No âmbito bilateral, estão em negociação tratados de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal e de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil.

EDUCAÇÃO

O Brasil está presente em Cabo Verde por meio da cooperação educacional, desempenhando importante papel como formador da elite cabo-verdiana. Com efeito, é expressivo o número de autoridades e formadores de opinião que tiveram positivas experiências universitárias no Brasil. O caso mais ilustrativo é o de José Maria Neves – ex-Primeiro-Ministro e uma das figuras públicas mais proeminentes de Cabo Verde –, que, nos anos 1980, foi aluno de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Segundo seu próprio depoimento, o tempo em que permaneceu no Brasil como estudante foi fundamental não apenas para sua formação profissional, mas também para sua projeção como político.

A cooperação bilateral em educação encontra guarida no Acordo sobre Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde, celebrado em 07/02/1979 e em vigor desde 07/07/1980, e no Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde, celebrado em 28/04/1977 e em vigor desde 23/11/1977.

Trata-se de vetor fundamental das relações bilaterais entre Brasil e Cabo Verde. Os ganhos consolidados na mobilidade acadêmica em nível de graduação, refletidos na grande demanda de estudantes cabo-verdianos por vagas no Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) – do qual Cabo Verde é o principal beneficiário no mundo, com mais de 3 mil estudantes – devem ser complementados pelo incremento de estudantes na pós-graduação, no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

Cooperação Educacional-Militar: Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME). Cabo Verde apresenta regularmente candidatos ao Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME), oferecido pelo Estado Maior da Armada (EMA), destinado à formação e ao aperfeiçoamento de Oficiais da Marinha Mercante provenientes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos culturais ou educacionais. Para o PEPME 2019, foram selecionados quatro cabo-verdianos, para a área de Formação de Oficial de Náutica e Máquinas da Marinha Mercante. Nos últimos dez anos, a procura por essa formação tem sido frequente e estimulada pelas autoridades marítimas locais, havendo beneficiado cerca de 60 cabo-verdianos.

Universidade de Cabo Verde. A Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) foi criada em 2004, com o apoio do Brasil, que ofereceu extensa cooperação da CAPES, do CNPq e do Ministério da Educação do Brasil, mobilizando as Universidades Federais do Ceará e de Brasília para colaborarem com a Comissão Nacional para a instalação da Uni-CV.

Desde então, o Brasil tem mantido intensa cooperação educacional com a Uni-CV, conferindo forte impulso à mobilidade acadêmica na instituição. A respeito, pode-se citar o Programa de Incentivo à Formação Científica (PIFC), realizado com o apoio da CAPES, que, em seis edições realizadas (2009-2014), possibilitou os estudos de 194 estudantes de graduação em diferentes universidades brasileiras.

PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Programa de Leitorado. A manutenção do Programa de Leitorado brasileiro na Universidade de Cabo Verde tem rendido excelentes resultados na cooperação cultural e educacional entre os países. Com a renovação do programa para o período 2019-2021, o Brasil reitera seu compromisso com a permanente evolução do ensino superior em Cabo Verde, atestado desde a criação daquela Universidade.

Centro Cultural Brasil-Cabo Verde (CCBCV). O Centro Cultural Brasil-Cabo Verde foi estabelecido em 2008 e ministra cursos preparatórios para a realização do exame de proficiência em português do Brasil (CELPE-Bras - Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa), além de cursos de escrita criativa para crianças, curso de português para jovens infratores e capacitação de monitores infantis da rede escolar de Cabo Verde. Em 2014, o CCBCV tornou-se também centro aplicador do CELPE-Bras, que é necessário para o ingresso nas universidades públicas brasileiras, por meio dos programas de cooperação oferecidos pelo governo brasileiro.

Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Criado em 1989, o IILP é órgão da CPLP dedicado à promoção da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e meio de comunicação oficial em fóruns internacionais. Sediado

na capital cabo-verdiana, tem como Diretor-Executivo, desde dezembro de 2018, o bissau-guineense Incanha Intumbo.

Repatriação do acervo de Luís Romano Madeira de Melo. Em fevereiro de 2018, foi realizada a cerimônia de repatriação do acervo. O evento ocorreu a bordo da Fragata Independência, da Marinha do Brasil. Luís Romano faleceu em Natal/RN, em 2010. Trata-se de escritor de projeção internacional e importante militante da independência da então colônia de Cabo Verde, fato que o levou a exilar-se na capital potiguar, na década de 1960, para evitar a perseguição do governo português. Em Natal, produziu a maior parte de sua obra e contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento da indústria salineira local, sob os auspícios do emblemático Conde Francesco Matarazzo.

COMÉRCIO BILATERAL

O intercâmbio bilateral com Cabo Verde ainda é pouco expressivo. Em 2019, totalizou US\$ 24,7 milhões. Os resultados da balança comercial bilateral são historicamente favoráveis ao Brasil. Em 2019, o fluxo comercial foi composto quase totalmente por exportações brasileiras, que se dividiam em 78% de produtos industrializados e 22% de básicos.

INVESTIMENTOS

Presença brasileira. As dimensões do mercado cabo-verdiano desencorajam empresas brasileiras a investirem no arquipélago. Ainda assim, há empresas brasileiras presentes no país, como O Boticário. Na área de carcinicultura (crustáceos), a empresa brasileira Universo Pescados, em parceria com empresas locais, estabeleceu empreendimento para a criação de camarões em cativeiro na ilha de São Vicente, com investimentos conjuntos da ordem de 1,6 milhão de euros.

O empresário brasileiro Roberto Marinho, cônsul honorário de Cabo Verde no Ceará, opera desde 2014 no país por meio da Brasil Trade Mix, em associação com empreendedor local. Criaram, naquele ano, a empresa Agrícola Ilha Verde, para armazenar e comercializar grãos no arquipélago. A empresa também estuda investir na produção local de ovos, frango e ração animal, com participação da Sadia e da Cooperativa Agroindustrial de Campo Mourão/PR.

Por meio da Record África, a Rede Record está em Cabo Verde desde 2007, quando venceu concurso público para atribuição de licenças de transmissão em sinal aberto. Para além da emissão de programas brasileiros, conta com estúdio que viabiliza produção e grade de programação local.

Oportunidades. Apesar de o mercado cabo-verdiano ser pequeno, investidores brasileiros podem beneficiar-se da localização do arquipélago, próximo ao Nordeste, à Europa e aos países da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) – cujo acesso seria facilitado por acordos tarifários. O desafio segue sendo o de criar mecanismos para aproveitamento desse potencial, hoje escassamente explorado.

Autoridades cabo-verdianas manifestaram em diversas ocasiões interesse de maior participação de investidores brasileiros em negócios no país. Cabo Verde interessou-se, por exemplo, em contar com empresas brasileiras em concessões de portos e aeroportos do país.

O governo cabo-verdiano também deseja atrair investimentos agrícolas brasileiros para as ilhas do Sal e de Boavista, locais de grande densidade de turismo praiano, onde estão instalados complexos hoteleiros de grande importância para a economia nacional. As ilhas são inteiramente dependentes da importação de alimentos, por apresentarem condições naturais impróprias para a agricultura tradicional. Para contornar o problema, pretende-se recorrer à hidroponia (cultivo de plantas sem solo) e ao cultivo em estufa, em larga escala.

Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). O Acordo está em negociação desde 2017 entre as partes.

Ligações aéreas. A Cabo Verde Airlines (antiga Transportes Aéreos de Cabo Verde – TACV) opera quatro rotas aéreas diretas entre Cabo Verde e Brasil (Fortaleza, Porto Alegre, Recife e Salvador). Em fevereiro de 2020, a empresa suspendeu, por questões financeiras e tempo indefinido, os voos para a Bahia.

Em agosto de 2017, o governo de Cabo Verde concedeu à Icelandair, para fins de reestruturação e privatização, a gestão da Cabo Verde Airlines, a estatal com maior passivo, estimado em USD 140 milhões. A gestão teria por objetivo ajustar a companhia aos padrões de mercado, conferindo-lhe o correspondente valor. Para tanto, elaborou-se estratégia que inclui deslocamento do *hub* de operações para a Ilha do Sal, programa de *stopover* entre Brasil e Europa e abertura de novas rotas.

Acordo de Serviços Aéreos. As relações aerocomerciais entre Brasil e Cabo Verde são regidas pelo Acordo de Serviços Aéreos (ASA) assinado em 29/07/2004 e em vigor desde 15/12/2007. Aguarda-se notificação da parte cabo-verdiana para a entrada em vigor do novo ASA bilateral, assinado em 31/10/2016.

TEMAS MIGRATÓRIOS

Vistos. Brasil e Cabo Verde não têm acordos bilaterais sobre vistos em vigor – a isenção em passaportes diplomáticos e oficiais dá-se por conta do acordo sobre o tema no âmbito da CPLP, de 2000. Exigem-se vistos para todo tipo de viagem em passaportes comuns.

TEMAS CONSULARES E COVID-19

No combate à pandemia do coronavírus, o governo de Cabo Verde deu início a medidas de distanciamento social em 29/03 e deve estendê-las até, pelo menos, 02/05 para as ilhas de Santiago, de São Vicente e de Boa Vista e 26/04 para as ilhas de São Nicolau, de Santo Antão, do Sal, do Maio, do Fogo e Brava. Foram proibidas, por qualquer meio, todas as viagens nacionais e internacionais e estão sendo monitoradas a circulação e permanência em via pública que não sejam justificadas. O não cumprimento das medidas estabelecidas confere ao governo o direito de estabelecer sanções, em conformidade com suas competências constitucionais.

No contexto das restrições geradas pela crise da COVID-19, em 24/03, com apoio da Embaixada do Brasil em Praia, partiu da Ilha do Sal para Fortaleza voo em que foram repatriados 110 brasileiros, os quais se encontravam espalhados em cinco ilhas do arquipélago.

POLÍTICA INTERNA

Cabo Verde é uma república semipresidencialista, com divisão de poder equilibrada entre o Primeiro-Ministro e o Presidente. É um Estado unitário, com alguma descentralização interna. As disputas eleitorais costumam ser intensas e a cultura democrática está entranhada no país. Os resultados das eleições são divulgados com rapidez e eventuais recursos, resolvidos na esfera da justiça eleitoral.

À exceção da Guiné-Bissau, cuja independência foi proclamada em 1974, logo após a queda do regime salazarista em Portugal, a independência das demais ex-colônias portuguesas na África ocorreu ao longo de 1975: Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola. O primeiro Presidente de Cabo Verde foi Aristides Pereira. Em 1980, a direção unificada do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) foi dissolvida por um golpe de Estado na Guiné-Bissau. Cabo Verde condenou o golpe, e a ala cabo-verdiana do PAIGC passou a se chamar Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).

O sistema multipartidário foi estabelecido em 1990 e, no ano seguinte, com a realização de eleições democráticas, o Presidente Aristides Pereira, do PAICV, deixou o poder. O eleitorado votou maciçamente no partido oposicionista de centro-direita Movimento para a Democracia (MpD), que permaneceu na presidência até 2001. Nas eleições daquele ano, o Presidente eleito foi Pedro Pires, do PAICV, reeleito em 2006 para novo mandato de cinco anos.

As eleições presidenciais de 2011 foram vencidas por Jorge Carlos Fonseca, do MpD, que derrotou o candidato do PAICV, Manuel Inocêncio Sousa. O então Primeiro-Ministro José Maria das Neves, do PAICV, foi confirmado no cargo – por ele ocupado desde 2001. Teve início, então, uma inédita coabitação entre um Chefe de Estado do MpD e um Chefe de Governo do PAICV. A convivência entre os dois desenvolveu-se sem sobressaltos, consolidando o processo de maturidade política do país.

O ano de 2016 foi um “ano de glória” para Movimento para a Democracia (MpD). Jorge Carlos Fonseca (apoiado pelo partido) foi reconduzido à Presidência em outubro de 2016, após obter 74% dos votos válidos em eleições notabilizadas por absoluta normalidade. Nas mais recentes eleições legislativas, ocorridas em março de 2016, o partido conquistou 40 das 72 cadeiras da Assembleia Nacional Popular, e Ulisses Correia e Silva (MpD) assumiu a Primatura do país.

ECONOMIA

No limite entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, a localização de Cabo Verde revela-se particularmente estratégica. Carente de recursos minerais, de terra fértil e de água, o país busca valer-se da vantagem que a geografia lhe proporciona. Defende-se a transformação do país em *hub* logístico, comercial e turístico do Atlântico Sul.

A economia assenta-se em três grandes pilares: turismo, investimentos na expansão da infraestrutura turística e construção civil, todos profundamente dependentes do ambiente econômico internacional, especialmente da zona do euro.

A economia cabo-verdiana vem crescendo consistentemente desde 2016. Para contornar as dificuldades estruturais que enfrenta, o país depende fortemente das receitas provenientes do setor de turismo, quem vem crescendo a taxas elevadas e já representa 15% do PIB.

Esse cenário não previa, contudo, a crise da COVID-19. É de esperar-se forte impacto econômico negativo sobre Cabo Verde, na medida em que o setor de turismo deverá ficar inativo durante alguns meses. Além disso, a redução da atividade

econômica em geral deverá gerar desemprego e consequente menor poder de compra da população.

Desde sua independência política de Portugal, Cabo Verde conheceu um desenvolvimento econômico, social e político sem paralelo, havendo passado do estatuto dos Países Menos Avançados para aquele dos Países com Rendimentos Médios. O arquipélago enfrenta, contudo, dificuldades estruturais relacionadas a sua insularidade e a sua vulnerabilidade às mudanças climáticas. Em um momento em que o país enfrenta um endividamento público que se aproxima de 130% do seu PIB, o setor do turismo constituiria eixo fundamental da estratégia do governo para o crescimento econômico. Para 2020, antes da crise do coronavírus, o governo projetava um déficit de 1,7% do PIB.

A produção de água potável e de energia é dispendiosa e complexa. A reduzida quantidade de terras aráveis (10% do total) e a pluviosidade muito irregular representam limitações para o setor primário. Assim, apesar de sua atual tendência de crescimento, a agricultura cabo-verdiana contribui com menos de 10% da riqueza nacional, permanecendo o país fortemente dependente (85%) de fontes externas para atender suas necessidades alimentares.

O principal item de exportação do país é “peixe e seus preparados”, sendo que a empresa de capital espanhol Frescomar é a maior processadora de pescado no país – o que explica, em boa parte, a posição da Espanha como principal importador de produtos cabo-verdianos. A regularidade de ligações marítimas e aéreas com a Europa, com que Cabo Verde possui regime de preferências, é outro fator que faz da Europa o principal destino das exportações do país. Outros regimes preferenciais impactam a balança comercial em menor monta – caso do AGOA (African Growth and Opportunity Act) com os Estados Unidos, e da CEDEAO.

Cabo Verde vem tentando diversificar suas parcerias comerciais e tem buscado estreitar laços com os países africanos, especialmente com os da CEDEAO. Como resultado, verifica-se crescente participação africana na sua principal feira de negócios, a Feira Internacional de Cabo Verde (FIC). Os maiores parceiros comerciais do país têm sido Espanha (principal comprador) e Portugal (principal vendedor). No final de março de 2018, Cabo Verde foi um dos 44 países africanos que assinaram, em Kigali, o Acordo Continental Africano de Livre Comércio (AfCFTA).

PERFIS BIOGRÁFICOS

Jorge Carlos Fonseca
Presidente da República

Nascido em 1950, Jorge Fonseca realizou seus estudos primários e secundários em Praia e Mindelo. Graduou-se em direito e é mestre em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Foi Diretor-Geral da Emigração (1975-1977) e Secretário-Geral (1977-1979) do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde. Assumiu a chefia da pasta entre 1991 e 1993. Antes de eleger-se Presidente, em agosto de 2011, já havia se candidatado à Presidência de Cabo Verde em 2001, quando foi derrotado por Pedro Pires. Foi reeleito em outubro de 2016. É autor de diversas obras de direito e literatura.



José Ulisses de Pina Correia e Silva
Primeiro-Ministro

Nascido em 1962, em Praia, Cabo Verde, licenciou-se em organização e gestão de empresas pelo Instituto Superior de Economia – Universidade Técnica de Lisboa. Entre 1989 e 1994, exerceu cargos no setor financeiro, inclusive o de Diretor do Departamento de Administração do Banco de Cabo Verde (Banco Central). Foi Ministro das Finanças, entre 1999 e 2001 e deputado de 2002 a 2008, tendo exercido a função de líder de seu partido nos últimos anos. Em 2008, tornou-se Presidente da Câmara Municipal (Prefeito) de Praia, cargo para o qual foi reconduzido em 2012. Foi Presidente do Movimento pela Democracia (MpD) em 2013, o que lhe assegurou a candidatura para o cargo de Primeiro-Ministro. Renunciou à Presidência da Câmara Municipal de Praia em janeiro de 2016, a fim de dedicar-se integralmente à campanha do MpD com vistas às eleições legislativas de março de 2016, das quais saiu vitorioso.



Luís Filipe Lopes Tavares
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades e da Defesa

Nascido em 25 de agosto de 1965, em Praia, tem licenciatura em geografia e mestrado em políticas locais (com especialização em organização e desenvolvimento), pela Universidade de Rouen (França). Possui, ainda, título de especialista em desenvolvimento local pelo Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho, Turim (Itália). Sem levar em conta a posição que atualmente exerce na cúpula partidária (Vice-Presidente do MpD), sua carreira política inclui uma experiência como vereador da Câmara Municipal de Praia. É Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, cumulativamente com o cargo de Ministro da Defesa, desde abril de 2016.

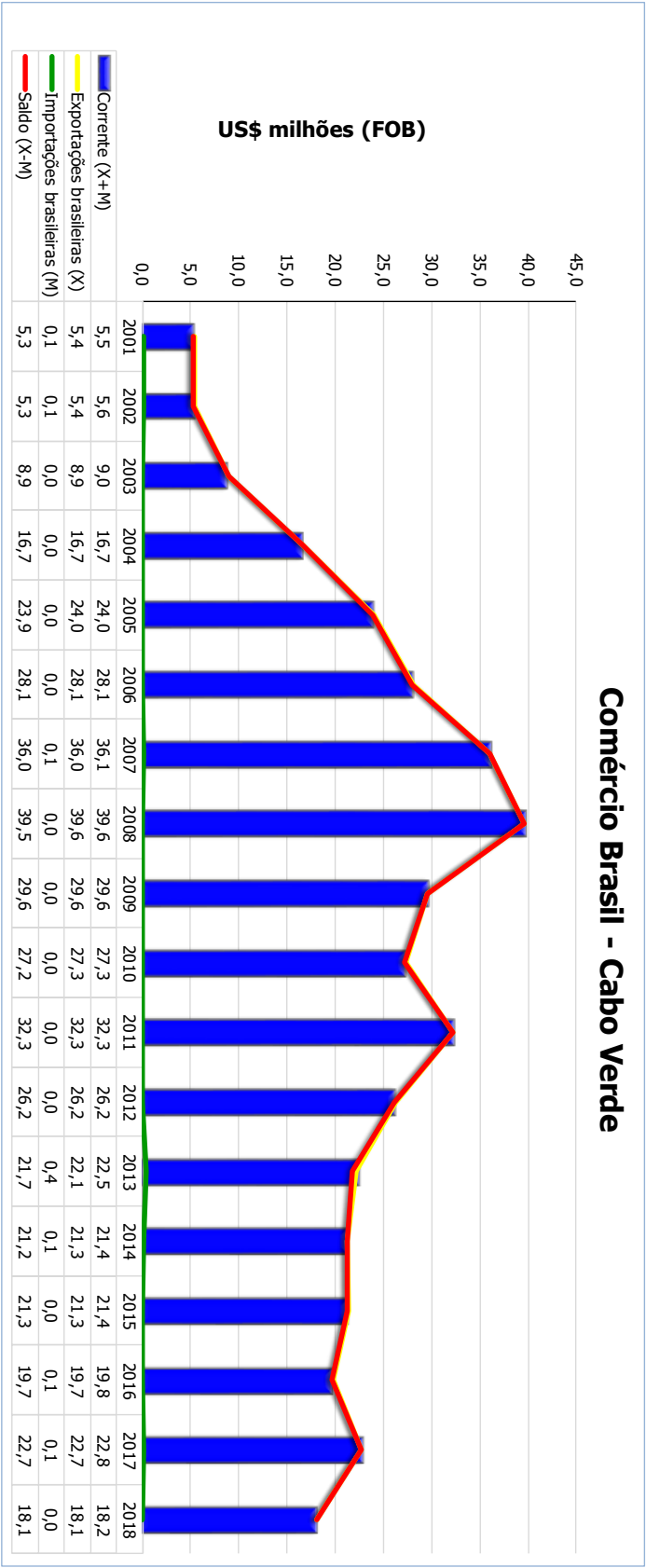
DADOS BÁSICOS	
---------------	--

NOME OFICIAL	República de Cabo Verde
CAPITAL	Praia
ÁREA	4.033 km ²
POPULAÇÃO (2015, BM)	520 mil
IDIOMA OFICIAL	Português
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católica (77%), protestante (5%)
SISTEMA POLÍTICO	Semipresidencialismo
CHEFE DE ESTADO	Presidente Jorge Carlos Fonseca (desde set/2011; reeleito em set/2016)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro José Ulisses de Pina Correia e Silva (desde abr/2016)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES	Luís Filipe Lopes Tavares (desde abr/2016)
IDH	0,654 (128ª posição entre 189 países)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Encarregada de Negócios: Maria de Fátima Vaz Almeida Santos
EMBAIXADOR EM PRAIA	José Carlos de Araújo Leitão

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

Brasil-Cabo Verde	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Intercâmbio	29,65	27,30	32,2	26,23	22,48	21,35	21,40	19,79	22,84	18,2	24,553
Exportações	29,62	27,25	32,2	26,21	22,11	21,27	21,37	19,74	22,74	18,1	24,545
Importações	0,02	0,04	0,007	0,014	0,37	0,08	0,03	0,05	0,09	0,0	8,772
Saldo	29,6	27,21	32,2	26,20	21,74	21,19	21,34	19,69	22,65	18,1	24,536

ANEXO ESTATÍSTICO

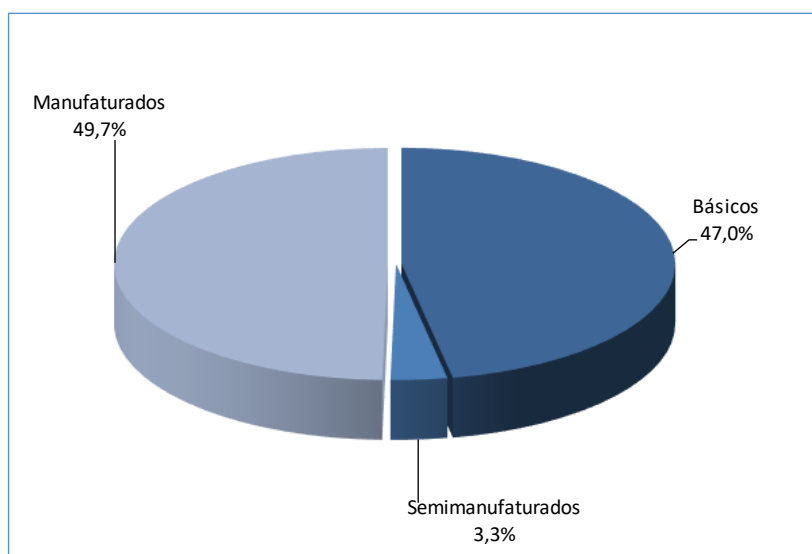


2018/2019	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2018 (jan-out)	15,3	0,03	15,3	15,2
2019 (jan-out)	20,2	0,00	20,2	20,2

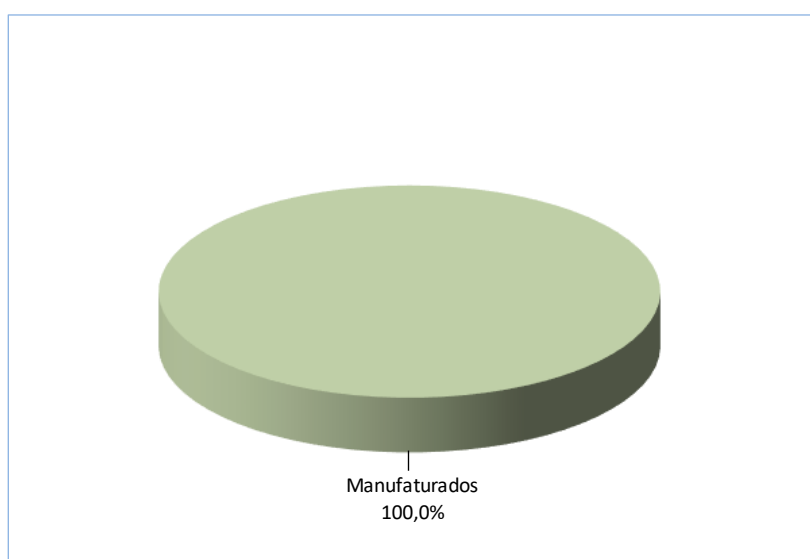
Elaborado pelo MEF/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do MDIC, Novembro de 2019

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2018

Exportações



Importações



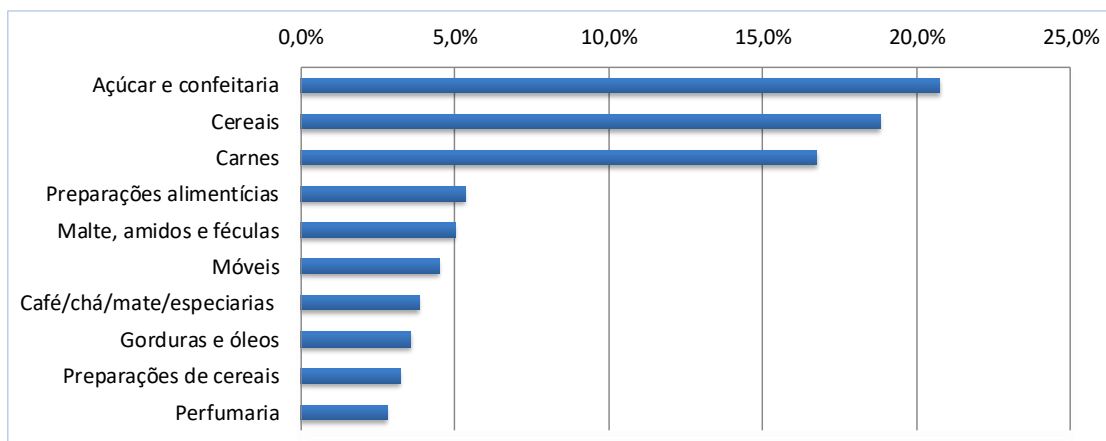
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do MDIC, Novembro de 2019

Composição das exportações brasileiras para Cabo Verde
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar e confeitaria	6,4	32,3%	7,5	32,7%	3,8	20,7%
Cereais	3,9	19,8%	4,9	21,4%	3,4	18,8%
Carnes	1,8	8,9%	2,4	10,5%	3,0	16,7%
Preparações alimentícias	1,1	5,7%	0,8	3,6%	1,0	5,4%
Malte, amidos e féculas	0,4	2,0%	0,5	2,1%	0,9	5,0%
Móveis	0,5	2,3%	1,0	4,2%	0,8	4,5%
Café/chá/mate/especiarias	0,7	3,3%	0,8	3,3%	0,7	3,9%
Gorduras e óleos	0,8	4,2%	0,6	2,8%	0,6	3,6%
Preparações de cereais	0,6	3,2%	0,7	2,9%	0,6	3,2%
Perfumaria	0,4	1,9%	0,3	1,4%	0,5	2,8%
Subtotal	16,5	83,5%	19,3	85,0%	15,3	84,6%
Outros	3,3	16,5%	3,4	15,0%	2,8	15,4%
Total	19,7	100,0%	22,7	100,0%	18,1	100,0%

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do MDIC, Novembro de 2019

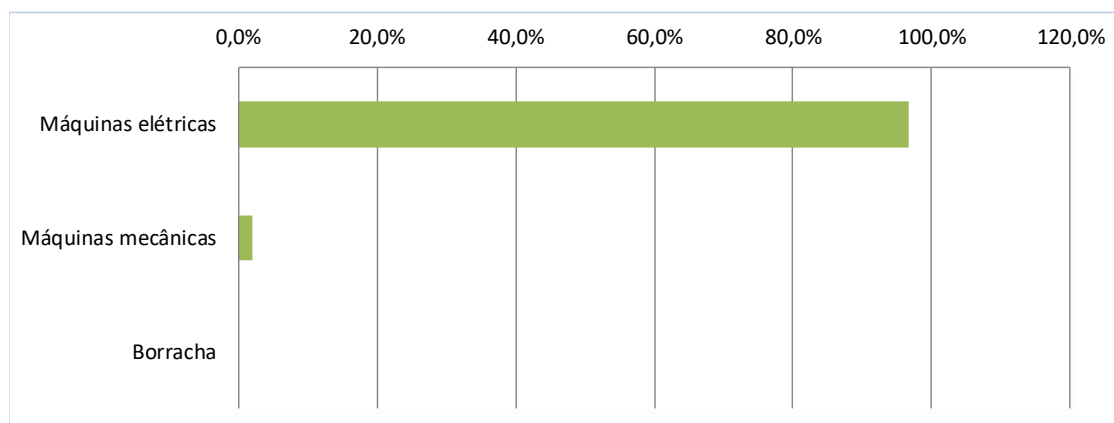
Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018



Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas elétricas	0,04	78,4%	0,07	71,0%	0,03	96,8%
Máquinas mecânicas	0,00	0,0%	0,00	2,2%	0,00	2,0%
Borracha	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Subtotal	0,04	78,4%	0,07	73,1%	0,03	98,8%
Outros	0,01	21,6%	0,03	26,9%	0,00	1,2%
Total	0,05	100,0%	0,09	100,0%	0,03	100,0%

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do MDIC, Novembro de 2019

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018



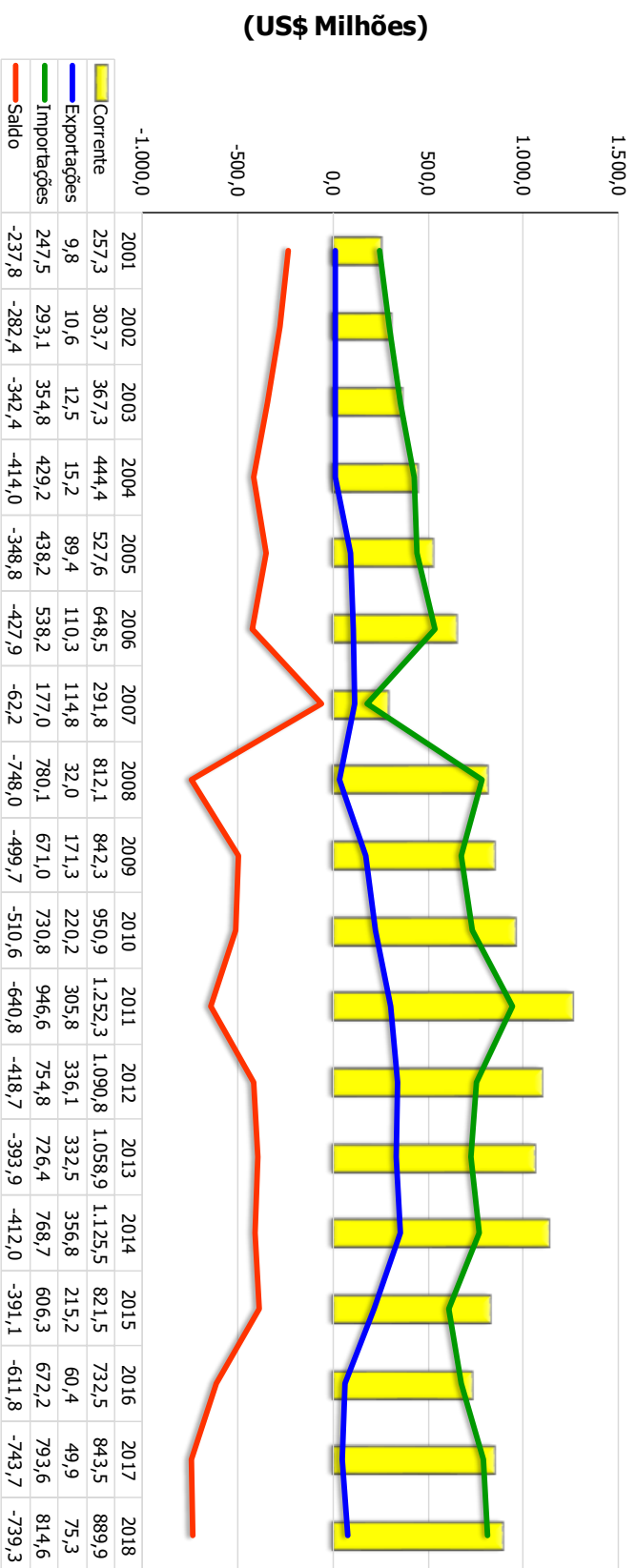
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-out)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-out)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019
Exportações					
Açúcar e confeitaria	3,5	23,2%	4,3	21,4%	Açúcar e confeitaria 21,4%
Cereais	2,8	18,3%	3,8	18,9%	Cereais 18,9%
Carnes	2,7	17,5%	2,9	14,2%	Carnes 14,2%
Combustíveis	0,0	0,0%	2,6	12,7%	Combustíveis 12,7%
Automóveis	0,1	0,9%	0,7	3,5%	Automóveis 3,5%
Perfumaria	0,4	2,9%	0,7	3,3%	Perfumaria 3,3%
Móveis	0,8	5,0%	0,6	3,1%	Móveis 3,1%
Preparações alimentícias	0,7	4,5%	0,6	2,9%	Preparações alimentícias 2,9%
Preparações de cereais	0,4	2,5%	0,5	2,6%	Preparações de cereais 2,6%
Gorduras e óleos	0,4	2,9%	0,5	2,5%	Gorduras e óleos 2,5%
Subtotal	11,9	77,6%	17,2	85,0%	
Outros	3,4	22,4%	3,0	15,0%	
Total	15,3	100,0%	20,2	100,0%	

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-out)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-out)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2019
Importações					
Máquinas mecânicas	0,001	2,0%	0,004	100,0%	Máquinas mecânicas 100,0%
Máquinas elétricas	0,030	96,8%	0,000	0,0%	
Subtotal	0	98,8%	0	100,0%	
Outros produtos	0	1,2%	0	0,0%	
Total	0	100,0%	0	100,0%	

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do MDIC, Novembro de 2019

Comércio Cabo Verde x Mundo



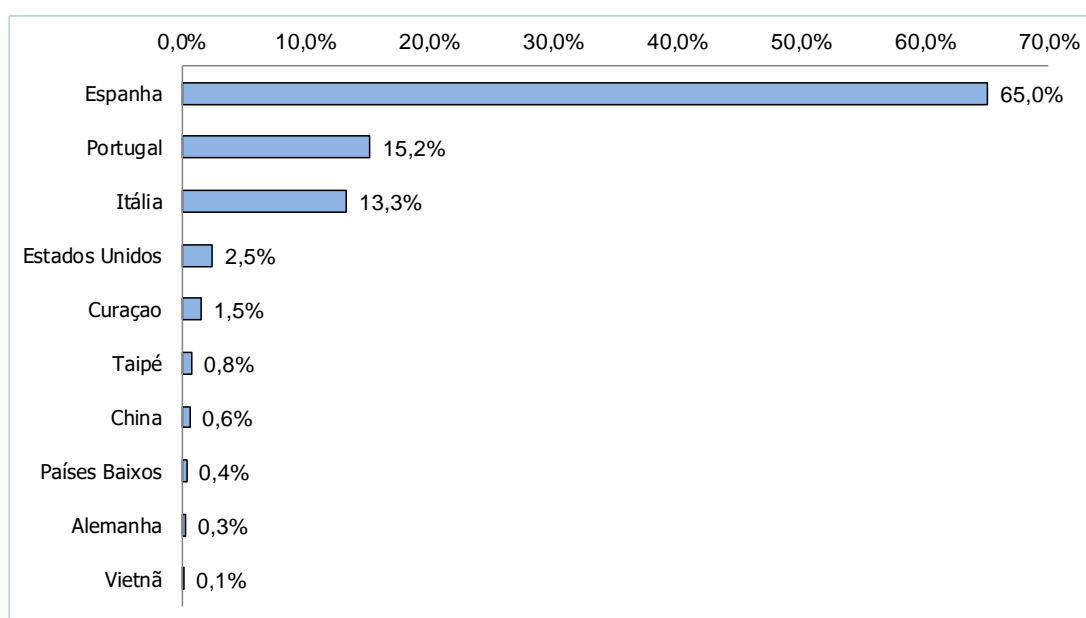
Elaborado pelo MRE/DPND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/TradeMap, em Novembro de 2019

Principais destinos das exportações de Cabo Verde
US\$ Milhões

Países	2018	Part.% no total
Espanha	48,94	65,0%
Portugal	11,43	15,2%
Itália	10,01	13,3%
Estados Unidos	1,87	2,5%
Curaçao	1,17	1,5%
Taipé	0,57	0,8%
China	0,47	0,6%
Países Baixos	0,27	0,4%
Alemanha	0,20	0,3%
Vietnã	0,10	0,1%
...		
Brasil (41º lugar)	0,00	0,0%
Subtotal	75,02	99,7%
Outros países	0,25	0,3%
Total	75,27	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Novembro de 2019

10 principais destinos das exportações

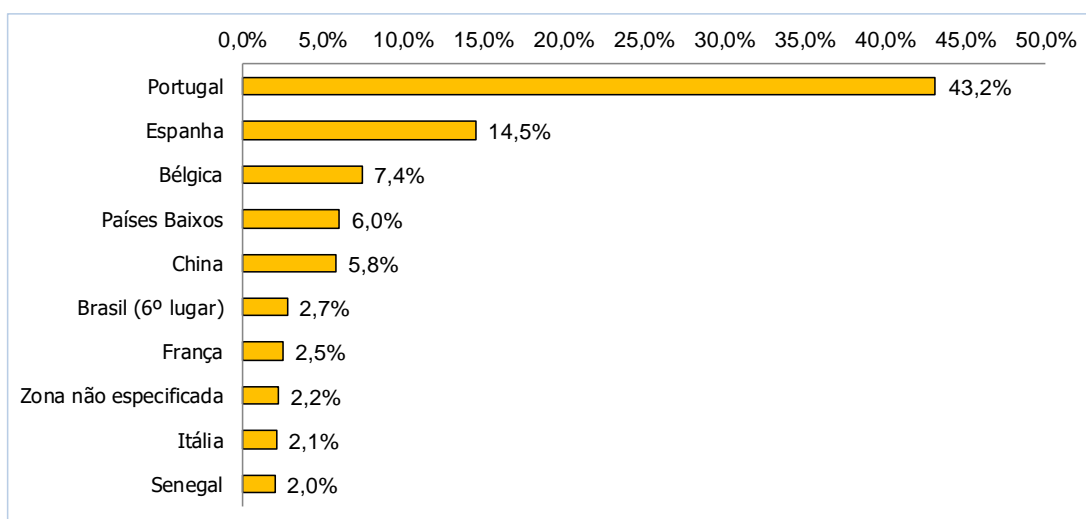


Principais origens das importações de Cabo Verde
US\$ Milhões

Países	2018	Part.% no total
Portugal	351,59	43,2%
Espanha	118,20	14,5%
Bélgica	60,41	7,4%
Países Baixos	49,13	6,0%
China	47,25	5,8%
Brasil (6º lugar)	22,39	2,7%
França	20,36	2,5%
Zona não especificada	17,96	2,2%
Itália	16,95	2,1%
Senegal	16,22	2,0%
...		
Subtotal	720,46	88,4%
Outros países	94,15	11,6%
Total	814,61	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Novembro de 2019

10 principais origens das importações

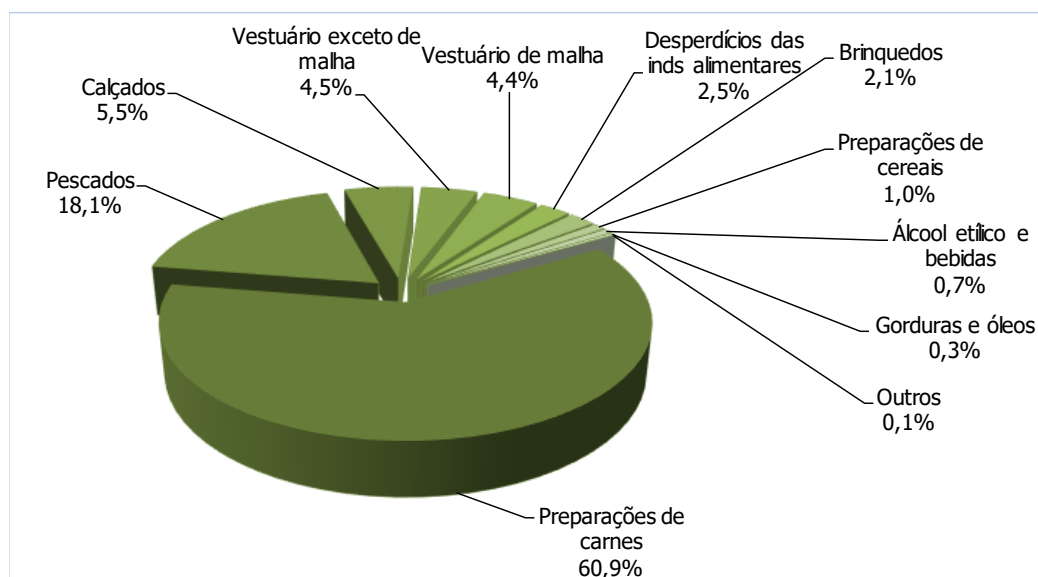


Composição das exportações de Cabo Verde
US\$ Milhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Preparações de carnes	45,82	60,9%
Pescados	13,65	18,1%
Calçados	4,12	5,5%
Vestuário exceto de malha	3,37	4,5%
Vestuário de malha	3,35	4,4%
Desperdícios das inds alimentares	1,85	2,5%
Brinquedos	1,60	2,1%
Preparações de cereais	0,72	1,0%
Álcool etílico e bebidas	0,54	0,7%
Gorduras e óleos	0,23	0,3%
Subtotal	75,23	99,9%
Outros	0,04	0,1%
Total	75,27	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em outubro de 2019

10 principais grupos de produtos exportados

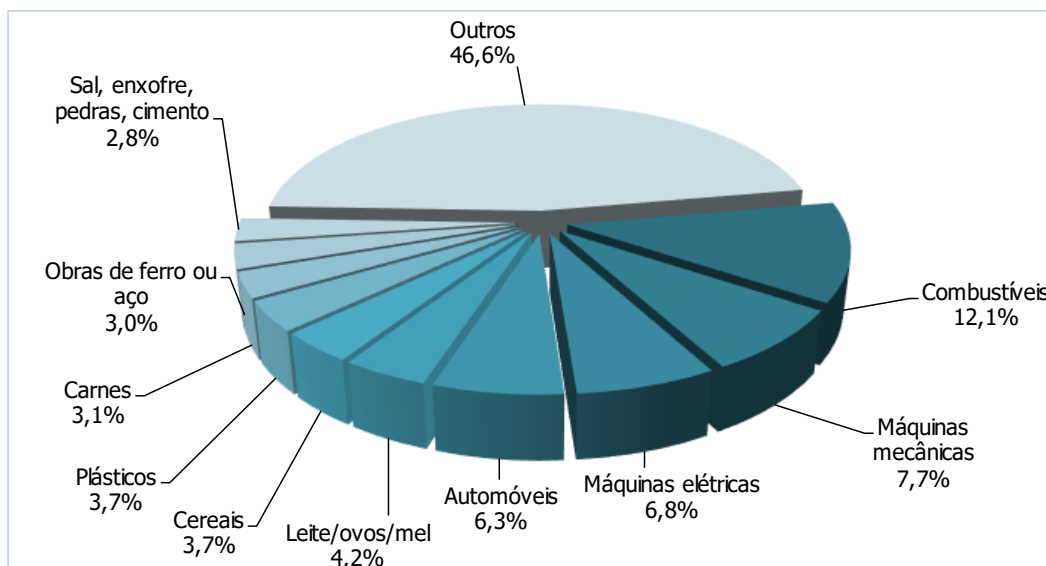


Composição das importações de Cabo Verde
US\$ Milhões

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	98,21	12,1%
Máquinas mecânicas	62,85	7,7%
Máquinas elétricas	55,46	6,8%
Automóveis	51,11	6,3%
Leite/ovos/mel	34,04	4,2%
Cereais	30,32	3,7%
Plásticos	29,89	3,7%
Carnes	25,25	3,1%
Obras de ferro ou aço	24,55	3,0%
Sal, enxofre, pedras, cimento	22,95	2,8%
Subtotal	434,63	53,4%
Outros	379,98	46,6%
Total	814,61	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em outubro de 2019

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos de Cabo Verde

Indicador	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	4,73%	5,02%	4,97%	4,99%
PIB nominal (US\$ bilhões)	1,97	2,04	2,21	2,38
PIB nominal "per capita" (US\$)	3.562	3.650	3.900	4.151
PIB PPP (US\$ bilhões)	6.502	6.748	7.000	7.263
PIB PPP "per capita" (US\$)	7.315	7.727	8.182	8.666
População (milhões habitantes)	0,55	0,56	0,57	0,57
Desemprego (%)	8,50%	8,50%	8,50%	8,50%
Inflação (%) ⁽²⁾	1,51%	1,60%	2,00%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-7,08%	-7,25%	-6,47%	-5,87%
Câmbio (CVEsc / US\$) ⁽²⁾	98,70	98,00	93,30	n.d
Origem do PIB (2017 Estimativa)				
Agricultura	8,9%			
Indústria	17,5%			
Serviços	73,7%			

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report November 2019 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.

